



PUC-SP

**PROJETO PARA ESTUDO DE PERFIL
SOCIODEMOGRÁFICO DA PUC-SP**

Comissão Própria de Avaliação – CPA (PUC-SP)

2º semestre de 2020

ESTUDO DE PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DA PUC-SP

Introdução

O objetivo desse projeto é atender demanda institucional para realização de estudo sobre o perfil sociodemográfico de discentes, docentes e funcionários da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), para o período de 2005 a 2020, visando a institucionalização de procedimentos para seu monitoramento, seguida da elaboração de proposta para realização de um Censo periódico da Comunidade Universitária.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da PUC-SP sente-se habilitada para responder à essa solicitação, considerando que:

- ✓ Tem por reponsabilidade legal produzir e sistematizar informações para responder à autoavaliação institucional prevista pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes-Inep-MEC)¹;
- ✓ Desde segundo semestre de 2017, tem desenvolvido estudos parciais relativos ao perfil sociodemográfico dos estudantes da PUC-SP, conforme atestam os *Relatórios Parciais de Autoavaliação Institucional* produzidos nos dois últimos anos (2018-2019)²;
- ✓ Estabeleceu como prioridade para seu planejamento de 2020 ampliar o estudo para série histórica 2015-2018, tomando como referência os dados já existentes do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e os disponibilizados pelo Setor do Vestibular da PUC-SP, estudo em andamento³;
- ✓ Já havia sugerido à Universidade a realização de um Censo da comunidade Universitária, tendo constatado a precariedade da informação sobre perfil sociodemográfico discente nos bancos de dados da PUC-SP⁴.

Além disso, desde o primeiro semestre de 2019, por indicação da Reitoria da Universidade, a coordenação da CPA tem participado ativamente de debates e processos de formação relativos à produção de indicadores e métricas voltados à avaliação do desempenho acadêmico e ao autoconhecimento estratégico das universidades, tendo se apropriado das competências necessárias ao estudo solicitado⁵.

¹Conforme disposto no art. 11 da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sinaes. Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADdo%20o%20Sistema,n%C2%BA%209.394%2C%20de%2020%20de (acesso em 19/09/2020).

² Cf. *Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional – ano de referência 2017/2018*, p. 62-72; e *Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional – ano de referência 2018/2019*, p. 59-61. Daqui para a frente nos referiremos aos relatórios respectivamente como RAI 2017/2018 e RAI 2018/2019. Os relatórios integrais podem ser conferidos no site da CPA (<https://www.pucsp.br/cpa> – acesso em 19/09/2020).

³ Cf. RAI 2018/2019, p. 8-9, e os relatórios encaminhados semanalmente à Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (PROPDG), desde março de 2020, em que relatamos o início desse estudo.

⁴ Cf. RAI 2018/2019, p. 10.

⁵ A Coordenação da CPA participou do I Fórum de Desempenho Acadêmico e Comparação Internacionais, realizado em 14 de março de 2019, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na cidade de Campinas (SP); do II Fórum de Desempenho Acadêmico e Comparações Internacionais, realizado em 18 de outubro de 2019, na sede da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp); e de 18 de março a 15 de setembro de 2020 participou do Curso de Atualização 'Métricas de Desempenho Acadêmico e Comparações Internacionais', todos eventos promovidos pelo Projeto Métricas Fapesp, coordenado por Jacques Marcovitch.

Diante dessas premissas, apresentamos o Projeto de Estudo Sociodemográfico da PUC-SP, esperando contribuir para as políticas acadêmico-administrativas e o planejamento estratégico da Universidade.

Justificativa

Estudos de perfil sociodemográfico de comunidades acadêmicas devem ser compreendidos no interior mais amplo de um movimento crescente de interesse sobre a produção de informação qualificada relativa ao desempenho acadêmico das Universidades, no Brasil e no mundo.

São muitas as variáveis que podem explicar o que chamaremos de guinada em direção à uma gestão estratégica baseada na produção e sistematização de dados acadêmicos. Mas, sem dúvida, a principal delas decorre do aumento de competitividade no campo universitário, resultante dos processos de mobilidade estudantil para além das fronteiras nacionais, colocando em risco a sobrevivência de Universidades tradicionais, como ocorreu, por exemplo, na Europa, dando origem à Reforma de Bolonha (1999), mas também como forma de orientar posicionamento estratégico diante da expansão do mercado de capitais sobre o setor educacional⁶. Impactos resultantes do processo de globalização que, como se pode ver, não se restringe à fluidez de capitais estritamente financeiros.

No Brasil, foi na mesma década de 1990 que teve início uma maior preocupação com a coleta de informação sobre as atividades universitárias do país, instituindo-se, em 1995, o Censo da Educação Superior (Inep-MEC). No entanto, foi apenas na década seguinte, que os dados passaram a integrar processo mais amplo de avaliação e regulamentação do Ensino Superior no Brasil, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação do Ensino Superior (Sinaes-Inep-MEC), criado pela Lei 10.861 de abril de 2004, que criou parâmetros (indicadores distribuídos por 10 dimensões avaliativas) (Inep-MEC, 2017) para reconhecer e renovar os cursos superiores no país (Righetti e Gamba, p. 139).

De alguma forma, o Sinaes traria para os cursos de graduação a mesma indução de qualidade promovida para a pós-graduação por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pois, em confronto direto com as universidades voltadas exclusiva e preferencialmente ao mercado, atribuiria peso significativo à formação docente. Aqui não temos espaço para essa discussão⁷, mas cumpre salientar que a guinada em direção à produção de indicadores e métricas tem por base uma disputa em torno do ensino como direito público, o que não se deve jamais perder de vista, sobretudo em universidades comunitárias, como a PUC-SP.

O que reforça esse argumento é a expansão dos *rankings* universitários a partir do mesmo período, início dos anos 2000, quando, em 2003, é publicado o primeiro deles, o

⁶ Nunca é demais lembrar a expansão de conglomerados privados sobre o ensino superior no país. “É no Brasil que está o maior conglomerado educacional do mundo, o Grupo Kroton, privado e com fins lucrativos, que reúne um em cada oito alunos do ensino superior brasileiro...” (Righetti e Gamba, 2019, p. 141). Em 2017, a Kroton ocupava o primeiro lugar do *ranking* das dez maiores empresas de ensino superior no país, com uma receita de R\$ 5.380,36 milhões, responsável por 841,3 mil matrículas privadas estimadas, considerando a graduação presencial e à distância. (FSP, 2018, p. 1). Segundo Simon Schwartzman, pesquisador do Instituto do Trabalho e Sociedade no Rio de Janeiro, “hoje, 50% dos alunos de graduação estão matriculados em uma das três grandes corporações atuantes no país – Kroton, Estácio e Ser” (Revista Fapesp, 2019, p. 27).

⁷ Discussão um pouco mais detalhada pode ser encontrada em RAI 2017/2018, p. 12-20.

Academic Ranking University World (ARWU), conhecido como o “Ranking de Shanghai”, cujo objetivo era avaliar e comparar as melhores universidades do mundo, para onde seriam enviados os estudantes chineses, além de subsidiar estratégias de aprimoramento acadêmico para o próprio campo acadêmico chinês (Righetti e Gamba, p. 140). No entanto, a partir dessa iniciativa pontual surgiu uma variedade de *rankings* universitários, com objetivos e critérios de classificação os mais diversificados, mas que começaram a dar o tom indutor da ação no campo acadêmico⁸.

Apesar das críticas aos *rankings* (Becerra, 2019), a partir de determinado momento tornou-se imperativo confrontá-los (Marcovith, 2019, pp. 9-12) sobretudo quando passaram a ser mediação de recrutamento estudantil. Segundo Righetti (2018) os *rankings* já se confirmaram como mediação relevante na escolha de 40% dos estudantes da classe média alta, sobretudo americanos e asiáticos. Um exemplo disso é a plataforma U-Multirank que permite que os estudantes do mundo todo comparem universidades conforme o perfil de seu interesse (Kolster e Kaiser, 2019, pp. 279-289).

Além disso, os *rankings* têm sido mobilizados para direcionar investimentos públicos, além de orientar, sobretudo nas universidades que disputam o mercado estudantil, as suas ações estratégicas.

Em suma, a ampliação da competitividade entre as universidades, a expansão do capital financeiro para o setor educacional, colocaram as universidades tradicionais diante da necessidade de repensar seu posicionamento estratégico no campo acadêmico, no sentido tanto de evidenciar de maneira competente e hábil os seus resultados para a sociedade a que respondem, como para reiterar, diante de um sistema privado de ensino cada vez mais voraz, a qualidade da formação e da pesquisa como direito público.

A expressão dessa exigência de responder à sociedade, responsável pelo aporte de recurso às universidades – sejam públicas, por meio de financiamento estatal, sejam privados, por meio de mensalidades escolares – deu origem ao debate sobre um dos indicadores hoje em maior evidência quando se trata de métricas acadêmicas: o indicador de impacto social. É exatamente como variável desse indicador que se torna urgente o estudo do perfil sociodemográfico da comunidade acadêmica.

Indicador de impacto social

Em 18 de outubro de 2019, a CPA participou do II Fórum de Desempenho Acadêmico e Comparações Internacionais, realizado na sede da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Iniciativa das universidades públicas paulistas – USP, Unicamp, Unesp – foi coordenado por Jacques Marcovitch, ex-reitor da USP (1997-2001) e líder do Projeto Fapesp 2017/50046-8, conhecido como Projeto Métricas Fapesp, dedicado a analisar e problematizar os indicadores nacionais e internacionais utilizados atualmente para avaliar as universidades brasileiras.

O Projeto Métricas Fapesp origina-se em resposta aos questionamentos que as universidades públicas têm enfrentado recentemente sobre sua relevância para a sociedade brasileira, tomando por referência seu posicionamento nos *rankings* globais. Segundo os reitores da USP, Unicamp e Unesp, não se trata de simplesmente contestar o ranqueamento global, pois “uma universidade não deve comparar-se apenas a si mesma

⁸ Para uma visão geral dos principais *rankings* existentes e seus critérios de classificação cf. Valmorbidia, Cardoso e Ensslin, 2015; Planeta et al., 2019 (anexo 2, p. 215).

na demonstração do quanto progrediu. O desempenho ganha maior consistência e credibilidade quando, movido por objetivos claros, é cotejado na cena internacional com o de instituições de igual porte e perfil assemelhado” (Agopyan; Knobel; Valentini, 2019, pp.7-8). Assim, sem negar ou aceitar *in totum* os indicadores de *per se*, trata-se, antes, de analisar cada qual, problematizando-os e identificando como reformulá-los de maneira a que possam dar visibilidade ao que as universidades brasileiras já têm feito.

No âmbito dessa discussão, têm ganhado destaque os indicadores de impacto social, pois são eles que podem introduzir elementos ainda pouco considerados quando se trata de avaliar as universidades brasileiras.

Segundo a equipe multidisciplinar e interinstitucional que tem se dedicado a pensar as variáveis que poderiam ser incluídas num possível indicador de impacto social, “os processos de avaliação das universidades pelos *rankings* tradicionais privilegiam o impacto da dimensão científica, avaliado prioritariamente pelas publicações de artigos científicos” (Planeta et al., 2019, p. 195). Observados os cinco principais *rankings* internacionais, apesar da adoção de critérios diversos, “uma análise mais detalhada (...) confirma a importância dos indicadores relacionados à pesquisa...” (Idem, p. 196).

Sem descurar da importância dos indicadores referentes à pesquisa e à produção científica, importa reconhecer a dificuldade que têm para se comunicarem com a sociedade que delas se beneficia e cuja relevância, muitas vezes, só será percebida muito tempo depois de suas descobertas, quando transformadas em ações práticas nem sempre identificadas como oriundas do mundo acadêmico. Assim, um dos cuidados do processo avaliativo é evitar restringi-lo à “avaliação do sujeito por ele mesmo, como único capaz de compreender e analisar seus méritos e deficiências”, impedindo um diálogo e um equilíbrio “com as demandas, expectativas e visões da sociedade em geral e do poder público em particular” (Planeta et al., 2019, p. 196).

É exatamente com o objetivo de estreitar a interlocução entre as universidades e a sociedade que os indicadores de impacto social têm sido pensados, visando menos introduzir grandes inovações no processo mesmo da prática universitária – pois nenhuma pesquisa é livre de impacto – mas antes produzir métricas que permitam dar a conhecer de maneira sistematizada e organizada as informações que quase sempre ficam restritas ao mundo acadêmico, atendendo com isso “expectativas crescentes de governos e sociedades em relação aos benefícios econômicos e sociais da pesquisa”(Marques, 2019b, p. 36).

Essa não é uma questão somente para as universidades brasileiras, conforme foi possível observar quando do UK-Fapesp Workshop: Science and Innovation Impact Evaluation, realizado no dia 13 de fevereiro de 2020, também na sede da Fapesp, e para o qual foram convidados representantes da PUC-SP, dentre eles a CPA.

Com a presença de pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), do Manchester Institute of Innovation Research e da Georgetown University, além do Diretor Científico da Fapesp, Carlos Henrique de Brito Cruz, eleito recentemente *chair* do Governing Board do Global Research Council (GRC), o *workshop* coordenado por Sérgio Salles, responsável pela Coordenação de Programas – Programas Especiais: Avaliação de Programas da Fapesp,

pretendeu problematizar as mudanças que têm sido introduzidas na avaliação das universidades, com destaque para os indicadores de impacto social.

Em sua apresentação, Kate Barker, da Universidade de Manchester, destacou a ênfase que tem sido dada não somente ao impacto econômico da pesquisa, mas socioeconômico. Segundo ela, trata-se de responder o quanto as pesquisas realizadas nas universidades têm contribuído para o incremento da qualidade de vida e para o bem-estar da população. Sustentabilidade ambiental, herança cultural, inclusão social, prevenção do crime e segurança, cuidado da saúde são algumas das dimensões que, segundo ela, deveriam ser observadas quando se trata de pensar o impacto social das pesquisas realizadas, contribuindo para que o público em geral entenda a relevância do investimento em ciência e tecnologia.

Ainda segundo Barker, também tem sido considerado o quanto há participação efetiva e colaborativa daqueles que vão fazer uso direto da pesquisa seja na sua proposição, seja na sua elaboração, para além da apropriação dos resultados, de maneira a que haja, desde o primeiro momento, um entendimento claro do papel que a universidade desempenha.

A questão que se coloca, no entanto, não só para ela, mas para todos aqueles que estão envolvidos na reflexão sobre as mudanças nas formas de avaliar as universidades, nacionais e internacionais, como é o caso do Projeto Métricas Fapesp, é sobre como medir esse impacto social, quais métricas devem ser mobilizadas para avaliá-lo. Neste caso, é preciso evitar o risco de considerar que a longa duração na percepção do impacto social seja “uma fraqueza dos sistemas de ciência e tecnologia” ou “um déficit de qualidade das pesquisas” (Marques, 2019b, p. 37). Da mesma forma que, ao pesquisador, deve-se garantir a liberdade para propor temas inovadores, nem sempre com resultados imediatos e visíveis para a sociedade (Idem, p. 38). No caso das universidades brasileiras, é preciso também evitar que esse critério seja preponderante, pois foi o atual sistema de avaliação, com estímulo à pesquisa, que fez com que alcançassem posição no campo das universidades internacionais (Marques, 2019c, p. 30).

Portanto, sem negar tudo o que foi feito até o momento, há consenso cada vez maior sobre a necessidade de estabelecer interlocução estreita, clara e transparente com a sociedade, produzindo informações sobre os impactos sociais de suas atividades, desde o ensino até a pesquisa.

O estudo do perfil sociodemográfico

Há duas dimensões que podem ser consideradas quando tratamos do impacto social: a primeira delas, mais evidente, diz respeito aos efeitos produzidos na sociedade inclusiva pelas atividades de formação, extensão e pesquisa promovidas pela universidade; a segunda, menos evidenciada embora considerada, é aquela que se processa não pela relação da universidade com a sociedade, mas pela sua mediação na vida mesma daqueles que a constituem.

No primeiro caso, é um dos muitos indicadores de impacto social o perfil socioeconômico dos ingressantes (discentes de graduação, pós-graduação e extensão), pois trata-se de identificar o quanto a universidade contribuiu para sua inserção profissional e mobilidade social. No segundo caso, não é muito diferente, considerando que funcionários e docentes configuram sua vida profissional e pessoal em torno das possibilidades estabelecidas e

garantidas pela Universidade. A hipótese é que a universidade contribui – e muito – para a mobilidade social de seus profissionais.

Nesse sentido, um dos pontos de partida interessantes para começar a pensar o impacto social é o processo de autoconhecimento, observando o quanto a Universidade impacta na vida da sua própria comunidade, promovendo, para isso, o estudo sociodemográfico (e socioeconômico) de discentes, docentes e funcionários.

Importante salientar que o estudo de impacto social não se reduz ao estudo de perfil sociodemográfico de sua comunidade⁹, mas sem conhecer-se a universidade sequer pode planejar sua contribuição para a sociedade mais ampla. Por outro lado, saber que ao conhecer-se está contribuindo para constituir indicadores de impacto social confere outra legitimidade ao estudo, pois que passa a ser um ponto de partida para sistematização e produção de informações mais amplas.

Dito de outra forma, trata-se de ter no horizonte que o estudo de perfil sociodemográfico da comunidade acadêmica é um primeiro passo para desenvolver estudo mais aprofundado sobre impacto social. A experiência piloto com esse projeto pretende constituir parâmetro para outros estudos que desemboquem na constituição de indicadores de impacto social para a PUC-SP considerada na sua particularidade, a saber, uma universidade comunitária e filantrópica e que tem por missão a educação como direito público.

Objetivo geral

Institucionalizar a informação sistematizada sobre o perfil sociodemográfico de discentes, docentes e funcionários da PUC-SP, partindo de estudo para o período de 2005 a 2020, tendo por meta subsidiar o monitoramento da comunidade acadêmica da PUC-SP e o planejamento estratégico da Universidade. Para o estudo em questão, tomaremos como referência a variável de mobilidade social.

Objetivos específicos

- a. Identificar e analisar os bancos de dados existentes, identificando séries históricas, indicadores e variáveis¹⁰;
- b. Produzir análise sobre o perfil sociodemográfico de discentes, docentes e funcionários;
- c. Realizar pesquisa amostral para suprir lacunas encontradas nos bancos de dados;
- d. Elaborar projeto para Censo Universitário¹¹;
- e. Aproximar os setores que coletam e produzem informação na PUC-SP de maneira a estimular a sua atuação coordenada;
- f. Propor programa de capacitação de funcionários dos setores responsáveis pela coleta da informação, avançando para o tratamento da informação;

⁹ São seis as dimensões propostas por Planeta et al.: 1. Dimensão econômico/financeira; 2. Dimensão socioeducacional; 3. Dimensão inovação e empreendedorismo; 4. Dimensão intelectual, cultural e bem-estar; 5. Dimensão da administração pública; 6. Dimensão da reputação (Planeta et al., 2019, pp. 204-209).

¹⁰ A CPA já identificou e levantou os bancos de dados existentes no que diz respeito à graduação. No momento está em andamento trabalho de sistematização de informação dos dados coletados por meio do formulário de inscrição do Vestibular.

¹¹ Salientamos que esse nesse momento propõe elaborar o projeto para o Censo e não sua realização que, uma vez aprovado, será realizado no ano em que for realizado o Censo Demográfico do IBGE, de maneira a identificar a representatividade da PUC-SP em relação à população paulistana e/ou brasileira, visando subsidiar futuras políticas de recrutamento estudantil.

- g. Institucionalizar a coleta, tratamento e produção de informação qualificada sobre o perfil sociodemográfico de discentes, docentes e funcionários na PUC-SP.

Metodologia

- A. O estudo de perfil sociodemográfico de discentes, docentes e funcionários será desenvolvido em três fases:

1ª fase – Levantamento de bancos de dados existentes na PUC-SP sobre o perfil sociodemográfico da comunidade acadêmica, considerando o período solicitado (2005-2020).

2ª fase – pesquisa amostral com a comunidade acadêmica, considerando as lacunas identificadas nos bancos de dados;

3ª fase – proposição e realização do Censo Demográfico na PUC-SP.

1ª Fase:

Pela experiência desenvolvida na CPA, os bancos de dados da PUC-SP padecem do que Aluísio Segurado nomeou de os três “i”: indisponibilidade, incompletude e inconsistência (Segurado, 2020). Tendo isso em vista, é preciso conhecer, antes de tudo, quais bancos de dados estão disponíveis. Uma vez identificados os bancos de dados, será preciso observar se para o período considerado há:

a) séries históricas – embora a demanda seja para analisar o período de 2005 a 2020, é preciso saber se não há descontinuidade da informação, o que a colocaria em xeque. Importante que se diga que análises de perfil sociodemográfico são relevantes quando podem produzir comparações de um ano a outro, sem o quê, são apenas retratos estanques e datados¹²;

b) indicadores – identificar se para todas as séries históricas os indicadores são os mesmos. Experiência com o formulário de inscrição do vestibular já demonstrou que há descontinuidade de indicadores importantes de um ano para o outro;

c) variáveis – o que foi dito para os indicadores, também vale para as variáveis que o compõem.

2ª Fase (condicionada aos achados da primeira fase)

A realização dessa segunda fase dependerá da condição das informações existentes nos bancos de dados. Poderá ser eliminada, caso as informações obtidas por meio dos bancos de dados tenham sido consideradas suficientes.

A pesquisa amostral poderá também ser mobilizada para verificação e checagem da informação obtida pelos bancos de dados.

¹² Pelo que podemos observar no estudo já em andamento, temos séries históricas de 2015 a 2018, uma vez que houve descontinuidade do instrumento de coleta da informação ao longo dos anos. Essa informação torna mais do que necessária a capacitação dos setores para que compreendam os motivos pelos quais determinadas informações são coletadas. Recentemente, grupo constituído sob a coordenação da assessoria da Reitoria analisou a ficha de inscrição do vestibular e chegou a bom termo, compreendendo a necessidade de manter a continuidade do instrumento, garantindo as informações essenciais ao desenho do perfil sociodemográfico do estudante recrutado pela PUC-SP.

A pesquisa amostral considerará as informações que constam dos dados operacionais da PUC-SP e que sejam essenciais para desenhar o perfil discente, docente e dos funcionários.

3ª Fase: Elaboração de projeto do Censo Universitário.

B. Metodologia:

Estudos sobre perfil sociodemográfico podem ser abordados a partir de vários eixos, conforme sejam os interesses institucionais. Nesse estudo, como trata-se de alimentar o indicador de impacto social, tomaremos como eixo de análise a questão da mobilidade social – discente, docente e dos funcionários. Para tanto, como metodologia, utilizaremos o estudo de trajetória.

No caso dos discentes, por termos dado início aos estudos de perfil sociodemográfico, levaremos adiante a metodologia já identificada como sendo a mais adequada: a comparação da trajetória discente em três momentos: recrutamento, matrícula e egressos na graduação, pós-graduação e educação continuada. Os bancos de dados disponíveis são aqueles existentes no Setor de Vestibular, no Setor de Atendimento ao Estudante (SAE), Secretaria da Pós-Graduação e PROEC, e os disponíveis para o Enade (graduação), uma vez que a PUC-SP não produz acompanhamento de egressos¹³.

Em relação aos docentes e funcionários, os bancos de dados existentes são aqueles que estão em posse do Departamento de Recursos Humanos (DRH). Esse será o ponto de partida da pesquisa, podendo ampliar para outros bancos de dados, caso existam.

Uma vez tendo acesso ao banco de dados, os indicadores que interessam são aqueles que caracterizam a população socio-demograficamente e os socioeconômicos, que possam indicar trajetória de mobilidade social, seguindo experiência já em andamento para os discentes de graduação.

Na impossibilidade de ter acesso aos bancos de dados do DRH, a CPA pensou pesquisa amostral com funcionários e docentes. Nesse caso, será considerada a população de todos os cursos de graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade, bem como todos os setores acadêmico-administrativos a partir da qual será desenhada a amostra.

Em relação ao Censo Universitário, o objetivo é que dialogue com o Censo Demográfico do IBGE, de maneira a identificar o quanto a comunidade da PUC-SP é representativa do país/São Paulo. Nesse sentido, para efeitos de comparação, seguirá o mesmo instrumento adotado pelo Censo e deverá ser realizado no mesmo ano em que o Censo nacional for aprovado. Nesse sentido, o projeto para o Censo será apresentado tão logo seja finalizado o estudo de perfil sociodemográfico.

Equipe

A CPA parte do pressuposto que projetos institucionais são antes potencializadores dos recursos humanos existentes, tanto mais nesse caso, quando se trata, mais do que produzir informação pontual sobre o perfil sociodemográfico dos estudantes, docentes e funcionários da PUC-SP, de caminhar em direção a uma proposta de institucionalização

¹³ A CPA está produzindo projeto para estudo futuro de egressos.

da sistematização da informação para que possa ser utilizada a qualquer momento pela PUC-SP.

Além disso, é preciso registrar a iniciativa já em desenvolvimento do projeto PUC Data, sob a coordenação da Pró-Reitora de Planejamento e Gestão (PROPDG). Da mesma forma, há grupo constituído para aprimorar a ficha de inscrição do Vestibular, sob a coordenação da assessoria da Reitoria.

Portanto, a CPA entende que a equipe deve ser constituída com aqueles que já estão envolvidos na coleta, produção e tratamento da informação.

Essa estratégia tem dois objetivos:

- a) Tornar o acesso à informação mais ágil;
- b) Mas também e, sobretudo, conscientizar os funcionários, por meio do trabalho realizado, da importância da coleta e tratamento da informação. Consideramos que muito da má qualidade dos dados e da informação produzida pelos setores da PUC-SP se deva pelo desconhecimento sobre os motivos pelos quais a informação é coletada. Experiência como essa foi constatada quando da discussão da ficha de inscrição do vestibular.

Dessa forma, a CPA pretende trabalhar em sistema de coprodução, constituindo grupo de trabalho com os funcionários indicados por cada setor envolvido, promovendo, indiretamente, a capacitação dos funcionários em relação a coleta e produção da informação pelas quais são responsáveis.

No horizonte, a CPA pretende oferecer proposta de programa específico de treinamento para a totalidade dos funcionários dos respectivos setores, constituindo como multiplicadores os funcionários que participaram do projeto, de maneira a institucionalizar o processo de coleta e tratamento de informação sobre perfil sociodemográfico de discentes, docentes e funcionários.

Para além dos setores envolvidos, a CPA precisará contar com profissionais em momentos específicos - o que é rotina inclusive no trabalho da CPA - e que já atuam nas respectivas áreas na Universidade, a saber: a) Estatístico - para a constituição de amostra, caso seja feita a pesquisa amostral; b) Especialista em Censo Demográfico - a CPA tem parceria com pesquisadores conhecedores do tema e poderá mobilizá-los no momento de desenhar o projeto para o Censo Universitário; c) Especialista em análise e uso de plataformas digitais (caso o Censo e a pesquisa amostral sejam feitos remotamente).

Como é projeto institucional, a CPA considera que os profissionais acima serão aqueles que já atuam na Universidade desempenhando essas mesmas funções, sem custo adicional.

Infraestrutura

Para o bom desempenho desse trabalho, a CPA demanda:

- A) Instalação de licença do *software* SPSS em seus computadores;

- B) Treinamento de seus funcionários nessa ferramenta para tornar o trabalho mais ágil¹⁴;
- C) Profissional com habilidades nas ferramentas de Excel e SPSS – sugerimos um empréstimo a CPA de um funcionário que já trabalhe com bancos de dados, envolvendo-o no processo de maneira a que se capacite na produção da informação qualificada.

A CPA pretende potencializar a infraestrutura já disponível na Universidade, sem precisar incorrer em custos.

Importante lembrar que a demanda vem em direção à atividade que a CPA já realiza como parte de suas funções, precisando apenas potencializar recursos existentes.

Orçamento

- ✓ Licença SPSS – A PUC-SP já possui licença desse software. Haveria a necessidade de estudar a transferência do *software* para dois computadores da CPA ou estudar a possibilidade de licença para uso remoto.
- ✓ Pesquisador habilitado em pesquisa quantitativa – em trabalho de coprodução e parceria.
- ✓ Estatístico – em trabalho de coprodução e parceria.
- ✓ Profissional habilitado em plataforma digital – em trabalho de coprodução e parceria.
- ✓ Funcionário habilitado nas plataformas de Excel e SPSS – a CPA precisaria de um funcionário alocado temporariamente para o projeto. Poderia ser escolhido dentre os setores envolvidos na elaboração do estudo.
- ✓ Capacitação nas plataformas de SPSS e Excel para os funcionários da CPA.

Produtos esperados

- ✓ Análise dos bancos de dados existentes na PUC-SP sobre o perfil sociodemográfico da comunidade acadêmica, com indicação de suas lacunas e orientação para as formas adequadas de coleta e tratamento dos dados (esse trabalho já foi feito para os anos de 2015-2018);
- ✓ Relatório analítico sobre o perfil sociodemográfico dos discentes, docentes e funcionários da PUC-SP, tendo por meta a identificação do impacto social, sobretudo no que diz respeito à mobilidade social;
- ✓ Glossário unificando os termos utilizados na coleta dos dados de perfil sociodemográfico visando universalizar a linguagem e garantir a interoperabilidade dos dados;
- ✓ Elaboração de proposta de capacitação de funcionários para coleta e tratamento da informação;
- ✓ Institucionalização da coleta de dados sobre perfil sociodemográfico;
- ✓ Projeto de institucionalização de Censo Universitário periódico na PUC-SP.

¹⁴ Os funcionários da CPA conhecem a plataforma Excel, mas não SPSS que tornaria o trabalho mais ágil. Fizemos um cálculo aproximado, para preparar os dados do vestibular de 2005 a 2020, levaríamos 15 semanas, ou seja, em torno de 4 meses, com um único funcionário. Se forem alocados 2, em dois meses os dados seriam finalizados. Mas sendo em SPSS, o tempo reduziria, pois é ferramenta muito mais ágil. Ou seja, avaliamos que com a ferramenta correta e dois funcionários dedicados prioritariamente para esse objetivo em até dois meses daríamos conta dos dados do vestibular, por exemplo. Lembrando que para a graduação ainda teríamos que trabalhar os dados da SAE e do Enade. Mas essa é estimativa que ajuda a planejar a potencialização do trabalho daqueles que já colaboram com a CPA.

Cronograma

| Atividades | 1º mês | 2º mês | 3º mês | 4º mês | 5º mês | 6º mês | 7º mês | 8º mês | 9º mês | 10º mês | 11º mês | 12º Mês |
|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|---------|---------|---------|
| 1ª Fase | | | | | | | | | | | | |
| Constituição do grupo de trabalho | | | | | | | | | | | | |
| Qualificação dos profissionais nas ferramentas | | | | | | | | | | | | |
| Identificação dos bancos de dados | | | | | | | | | | | | |
| Análise dos bancos de dados | | | | | | | | | | | | |
| Produção da informação a partir dos bancos de dados | | | | | | | | | | | | |
| Análise da informação produzida a partir dos bancos de dados | | | | | | | | | | | | |
| Elaboração de relatório parcial | | | | | | | | | | | | |
| Avaliar necessidade de pesquisa amostral | | | | | | | | | | | | |
| 2ª Fase¹⁵ | | | | | | | | | | | | |
| Definição da amostra | | | | | | | | | | | | |
| Realização da pesquisa | | | | | | | | | | | | |
| Tratamento dos dados | | | | | | | | | | | | |
| 2º Relatório Parcial | | | | | | | | | | | | |
| 3ª Fase | | | | | | | | | | | | |
| Projeto do Censo Demográfico | | | | | | | | | | | | |
| Elaboração do relatório final | | | | | | | | | | | | |

*Comissão Própria de Avaliação
24 de setembro de 2020*

¹⁵ Se essa fase for suprimida, a terceira fase pode ser antecipada.